

TERMO DE CONTRATO N.º 29/2025

EDITAL N.º 03/2025 – CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 01/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 30/2024/E-CIGA

Termo de Contrato, que entre si celebram o **Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Consórcio Público de Saúde, constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31 e com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.216-000, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Ana Maria Groff Jansen, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ASSUMCAO CONSULTORIO MEDICO LTDA (Psyche)**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Urussanga, nº 715– bairro Bucarein – cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-400, CNPJ nº 28.620.435/0001-58, neste ato representada por Rodrigo de Assunção, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, oriundo do Termo de Credenciamento n.º 13/2025 - CISNORDESTE/SC, proveniente do Edital n.º 03/2025 – Chamada Pública para Credenciamento n.º 01/2025 – Processo Administrativo nº 30/2024/e-CIGA, na forma e condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Credenciamento, Edital e no Termo de Referência, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos do CISNORDESTE/SC, e alterações posteriores, bem como nas legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis e vigentes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços em saúde, de forma complementar, à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS dos entes consorciados ao CISNORDESTE/SC**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Credenciamento, no Edital e no Termo de Referência.

CÓDIGO SUS	PROCEDIMENTO	QNTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
03.01.01.007-02	Consulta em Psiquiatria	200	141,77	28.353,79	340.245,43

1.2. As quantidades de serviços em saúde são variáveis, considerando a gestão e organização interna de cada ente, bem como a demanda de consumo e a procura dos munícipes pelos atendimentos oferecidos, além da forma de distribuição escolhida pelos entes consorciados.

1.2.1. A demanda de consumo, bem como os valores efetivamente pagos dependerão única e exclusivamente dos serviços efetivamente contratados pelos entes consorciados.

1.2.2. Por se tratar de credenciamento, não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade de serviços de saúde estipulados neste instrumento.

1.3. Os serviços para credenciamento, bem como suas respectivas remunerações estão definidos no **ANEXO I** do Edital n.º 03/2025 – Chamada Pública para Credenciamento n.º 01/2025, conforme sua última alteração vigente.

1.4. Os serviços enquadram-se como comuns, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com regime de execução por empreitada por preço unitário.

1.4.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços considerados comuns de uso geral, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, não se enquadrando como sendo bem de luxo, conforme Resolução n.º 39/2022 - CISNORDESTE/SC.

1.4.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua para atendimento das demandas dos entes consorciados.

1.5. Os valores efetivamente pagos dependerão única e exclusivamente do número de serviços efetivamente contratados, realizados e comprovados pela pessoa jurídica contratada.

1.6. Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, todas as normas, preceitos, princípios e legislações pertinentes aplicáveis ao objeto do credenciamento.

1.7. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.7.1. O Termo de Credenciamento n.º 13/2025/CISNORDESTE;

1.7.2. O Edital n.º 03/2025 – Chamada Pública para Credenciamento n.º 01/2025/CISNORDESTE;

1.7.3. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.7.4. A proposta de credenciamento da contratada;

1.7.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **5 (cinco) anos**, contados da sua assinatura, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e a prestação dos serviços permanecem vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. A prestação dos serviços se dará após a assinatura do presente termo de contrato, oriundo do Termo de Credenciamento n.º 13/2025/CISNORDESTE – Edital n.º 03/2025 – Chamada Pública para Credenciamento n.º 01/2025/CISNORDESTE, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, condicionada à requisição dos serviços pelo *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, com a devida aprovação do agendamento pela regulação do ente consorciado responsável.

3.1.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o ambiente adequado, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento, do Edital e do Termo de Referência.

3.1.3. Os serviços efetivamente contratados deverão ser realizados em favor da população dos entes consorciados, conforme demanda, necessidade e disponibilidade financeira de cada um dos entes consorciados.

3.1.3.1. Os serviços serão prestados aos municípios que lhe sejam encaminhados pelos entes consorciados ou, excepcionalmente, pelo próprio Consórcio.

3.1.3.2. Os serviços a serem prestados serão encaminhados para prévio agendamento e posterior execução do serviço pelo contratado diretamente através do *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*.

3.1.4. A prestação dos serviços deverão ser realizados nas seguintes localidades:

- I. No estabelecimento da pessoa jurídica contratada;
- II. Em localidade cedida pelo ente consorciado, mediante atendimento ao procedimento estabelecido em regulamento do CISNORDESTE/SC.

3.1.5. A **CONTRATADA** deverá observar os padrões técnicos de qualidade na prestação dos serviços, conforme estabelecidos no Edital, no Termo de Referência no Termo de Credenciamento e no Contrato.

3.1.5.1. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, obriga-se a **CONTRATADA** a refazê-lo, sem qualquer ônus à Administração, podendo ainda ser aplicada sanção, uma vez constatada qualquer hipótese que lhe dê ensejo.

3.1.6. A **CONTRATADA** deverá executar todos os serviços que se propor a fazer, entre os constantes na Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, conforme termos deste instrumento, do Termo de Credenciamento, do Edital e do Termo de Referência.

3.1.6.1. A participação no credenciamento e a assinatura deste instrumento está vinculada à prestação de serviços para todos os entes consorciados ao CISNORDESTE/SC que contratarem os serviços.

3.1.7. Estão incluídas no preço dos serviços a integralidade dos custos para sua adequada execução, dentre eles: todos os procedimentos, insumos, equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços contratados, taxas de administração, taxas de sala, atendimento aos direitos trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.1.7.1. Os valores efetivamente pagos dependerão única e exclusivamente do número de serviços efetivamente contratados, realizados e comprovados pela pessoa jurídica contratada.

3.1.7.1.1. Não serão remunerados os casos de absenteísmo do usuário beneficiário, assim como quaisquer outras situações em que os serviços não forem efetivamente executados.

3.1.8. Os atendimentos realizados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias.

3.1.9. Toda necessidade de encaminhamentos, procedimentos e/ou cirurgias deverão ser entregues ao usuário beneficiário dos serviços, seguindo o protocolo SUS, contendo as informações do paciente, para que o mesmo entregue ao ente consorciado para continuidade no atendimento junto ao município.

3.1.10. A **CONTRATADA** deverá garantir a interoperabilidade de seus sistemas informatizados ao *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, quando necessário, garantindo compatibilidade para troca automatizada de dados em tempo real, incluindo registros médicos, laudos, imagens e metadados associados.

3.1.10.1. A interoperabilidade de sistemas prevista neste subitem será regulamentada por normativo do CISNORDESTE/SC.

3.1.11. Poderão ser incluídos novos serviços em saúde e/ou excluídos os já existentes na Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, conforme demanda e necessidade, atendido o procedimento estabelecido em regulamento do CISNORDESTE/SC.

3.1.12. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de realizar pesquisas periódicas de satisfação para avaliar a qualidade na prestação dos serviços contratados.

3.1.13. Na emissão de laudos de avaliação, exames, procedimentos ou resumo clínico, o médico subscritor deverá possuir Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) válido, na especialidade compatível com a modalidade diagnóstica realizada.

3.1.14 Os serviços devem ser executados pela **CONTRATADA** em atenção às seguintes obrigações e condições específicas, quando for o caso:

- a) Se houver necessidade de retorno do paciente dentro de **30 (trinta) dias**, as consultas ocorrerão de forma ilimitada sem qualquer nova cobrança de valores. Será considerado retorno, sem nova cobrança, no caso de avaliação, tratamento e diagnóstico de exames solicitados durante a consulta.
 - i) Em caso de indisponibilidade na agenda da contratada para atender o paciente dentro dos **30 (trinta) dias**, deverá ser realizado o retorno em data posterior, sem cobrança de nova consulta.
- b) Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, quando necessários para elucidação de diagnósticos, tal complementação deverá ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.
- c) Os serviços complementares sem prévia autorização terão seus procedimentos regulamentados em normativo do CISNORDESTE/SC.

3.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. Os serviços em saúde serão lançados pelos entes consorciados no *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC* até o dia **20 (vinte)** do mês vigente, que deverá ser agendado pela **CONTRATADA** até o dia **30 (trinta)** do mês vigente, para prestação dos serviços no mês subsequente, conforme estabelece a Portaria n.º 01/2021 do CISNORDESTE/SC e suas alterações.

3.2.1.1. Havendo a necessidade, poderão os entes consorciados lançarem os serviços para agendamento e a execução dentro no mês corrente.

3.2.1.2. Os procedimentos deverão ser lançados pelo ente consorciado, via *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, conforme classificação do paciente na fila de regulação e disponibilidade financeira do ente, diretamente com a **CONTRATADA**, esta que deverá disponibilizar horários em sua agenda em resposta às solicitações e efetivar o agendamento.

3.2.1.2.1. É de responsabilidade exclusiva do ente consorciado a regulação da fila e do processo de agendamento, o qual compreende as etapas de submissão, agendamento, acompanhamento do processo até efetiva prestação dos serviços.

3.2.2. Confirmado o agendamento, a requisição dos serviços deverá ser aprovada pela regulação municipal responsável, que emitirá o *Protocolo de Confirmação do Pedido* no *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, devidamente assinado pelo representante do ente consorciado emissor, e será entregue ao usuário beneficiário para apresentar no dia e horário da execução dos serviços junto à **CONTRATADA**.

3.2.2.1. Os serviços somente serão prestados pela **CONTRATADA** aos usuários beneficiários mediante a apresentação da autorização de consultas, procedimentos ambulatoriais e/ou procedimentos cirúrgicos, por meio do *Protocolo de Confirmação do Pedido*, acompanhada de documento de identificação com foto do usuário beneficiário.

3.2.2.1.1. Caso haja necessidade de complementação nos serviços inicialmente autorizados, tal complementação também deverá ser previamente autorizada, sob pena de ser inviabilizado o respectivo pagamento.

3.2.3. Após a prestação dos serviços, o *Protocolo de Confirmação do Pedido* deverá ser assinado pelo usuário beneficiário dos serviços, que será retido pela **CONTRATADA** e posteriormente encaminhado ao consórcio para ateste e faturamento da prestação dos serviços.

3.3. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. Para fins de conferência e fiscalização, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao CISNORDESTE/SC, do **1º (primeiro)** até o **5º (quinto)** dia útil do mês, a documentação a seguir elencada:

- I. **Relatório de Conferência**, gerado no *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, contendo os serviços prestados no mês anterior;
- II. **Protocolos de Confirmação dos Pedidos**, dos serviços realizados no mês anterior, devidamente assinadas pelo usuário beneficiário e pelo ente consorciado emissor.

3.3.1.1. A documentação elencada nos incisos do **subitem 3.3.1** deverá ser encaminhada seguindo a ordem relacionada no *Relatório de Conferência*, agrupada por ente consorciado, sempre com o *Relatório de Conferência* fixado na frente dos documentos adicionais.

3.3.1.2. A produção encaminhada fora do padrão orientado nos **subitens 3.3.1** e **3.3.1.1**, poderão ser devolvidas para adequação, prorrogando o faturamento, bem como o pagamento para a competência subsequente.

3.3.1.3. Os documentos elencados nos incisos do **subitem 3.3.1** deverão ser entregues fisicamente, na sede do CISNORDESTE/SC, no endereço Rua Max Colin, n.º 1843 CEP 89.204-635 Joinville/SC, das 08h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, ou de forma digital, conforme regulamentação a ser expedida pelo CISNORDESTE/SC.

3.3.2. Conferidos e atestados os serviços realizados, comunicar-se-á a **CONTRATADA** para emissão da Nota Fiscal, que discriminará os serviços e tributos pertinentes.

3.3.2.1. Deverão ser enviadas mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação elencada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, referente aos documentos probatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, para confirmação da manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

3.3.2.2. Caberá à **CONTRATADA** a efetiva baixa dos procedimentos realizados, junto ao *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, para fins de fiscalização, conferência e faturamento.

3.3.3. A documentação a ser entregue pela **CONTRATADA** para conferência e faturamento, deverá ser enviada em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

3.3.4. As não conformidades encontradas na conferência e fiscalização, poderão ser devolvidas para adequação, mediante informação por e-mail à **CONTRATADA**, podendo ser prorrogado o faturamento, bem como o pagamento, para a competência subsequente, caso não seja sanada dentro da competência.

3.3.5. A documentação encaminhada pela **CONTRATADA**, com exceção da Nota Fiscal, após análise e pagamento, será devolvida ao ente consorciado de origem.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia plena sobre os serviços prestados, em atendimento às especificações e aos requisitos técnicos pormenorizados neste contrato, no Termo de Referência, no Edital, no Termo de Credenciamento, necessários para a prestação dos serviços e o atendimento das demandas.

4.1.1 Essa garantia deverá cobrir todos os aspectos dos serviços prestados, assegurando a plena prestação dos serviços conforme contratado, sem custos adicionais para o contratante.

4.1.2. Caso haja necessidade de correção devido a falhas na prestação dos serviços, estes devem ser realizados sem ônus e com prazos pré-definidos para a sua conclusão.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. O valor anual estimado da contratação, por exercício, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, é de **R\$ 340.245,43 (trezentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos)**.

5.1.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.1.2. O valor estipulado é meramente estimado, sendo pagos somente os valores referentes aos serviços efetivamente contratados, realizados e comprovados pela **CONTRATADA**.

5.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.2.1. A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com a Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, anexa ao Edital, e suas alterações posteriores, em conformidade com a Portaria n.º 1.606/2001-GM/M, do Ministério da Saúde, estando compreendida a integralidade dos custos para sua adequada execução, dentre eles taxas de administração, taxas de sala, atendimento dos direitos trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

5.2.1.1. É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa sobre os valores definidos pela Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC e suas alterações.

5.2.2. O quantitativo mensal ofertado pela **CONTRATADA** é estimativo, sendo que os valores serão pagos exclusivamente com base no número de serviços efetivamente contratados, realizados e comprovadamente prestados pela pessoa jurídica contratada, dentro do mês de competência.

5.2.2.1. A **CONTRATADA** não terá direito à realização de qualquer quantitativo físico ou financeiro mínimo mensal.

5.2.3. A avaliação da execução do objeto contratado se dará por meio de conferência e fiscalização, nos termos do **subitem 3.3.1** e seguintes, do presente instrumento.

5.2.4. Conferidos e atestados os serviços realizados, comunicar-se-á a **CONTRATADA** para emissão da Nota Fiscal, que discriminará os serviços e tributos pertinentes.

5.2.4.1. Caberá à **CONTRATADA** a efetiva baixa dos procedimentos realizados, junto ao *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, para fins de fiscalização, conferência e faturamento.

5.2.5. A documentação a ser entregue pela **CONTRATADA** para conferência e faturamento, deverá ser enviada em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

5.2.6. Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISNORDESTE/SC a realização de fiscalização e auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo a **CONTRATADA** emitir Nota Fiscal conforme o valor aferido.

5.2.6.1. As não conformidades encontradas na conferência e fiscalização, poderão ser devolvidas para adequação, mediante informação por e-mail à **CONTRATADA**, podendo ser prorrogado o faturamento, bem como o pagamento, para a competência subsequente, caso não seja sanada dentro da competência.

5.2.7. Para efeito de faturamento, o período da competência compreende o primeiro dia de cada mês, até seu último dia.

5.2.8. Havendo eventual alteração de sua razão social, endereço da sede, controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, a **CONTRATADA** deverá Notificar a **CONTRATANTE**, no prazo de **30 (trinta) dias**. Possuindo ainda o prazo de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do registro da alteração, para o envio da cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas, sob pena de suspensão do pagamento dos serviços prestados até respectiva regularização.

5.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

5.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no ato de recebimento do *Relatório de Conferência* e dos *Protocolos de Confirmação dos Pedidos*, na forma do **subitem 3.3.1.** e seguintes, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do Termo de Credenciamento, contrato ou instrumento congênere, ou por empregado público competente do CISNORDESTE/SC, quando ausente o fiscal responsável.

5.3.2. Do recebimento provisório, iniciar-se-á o prazo de **10 (dez) dias úteis para recebimento definitivo**, para a verificação da documentação e de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital, contrato e com as informações contidas no *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, e aferição se os serviços estão de acordo com os serviços efetivamente utilizados pela Administração.

5.3.2.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Contrato, devendo ser corrigidos no prazo de **3 (três) dias**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, reiniciando-se o prazo de recebimento definitivo após a comprovação da regularização da situação.

5.3.2.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o fiscal reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao gestor do contrato para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à

aplicação das penalidades cabíveis, sendo o valor respectivo descontado da importância mensal devida à contratada.

5.3.2.2.1. O valor correspondente a estas será glosado, de forma temporária ou definitiva, parcialmente ou integralmente, conforme avaliação do(s) fiscal(is) do caso concreto, sendo descontado da fatura ou do pagamento devido à **CONTRATADA**.

5.3.2.2.1.1. A **CONTRATADA** será notificada sobre a glosa, que será realizada com base no valor dos serviços que não atenderem às especificações acordadas, conforme detalhamento nas cláusulas anteriores.

5.3.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.3. Na hipótese em que a verificação a que se refere o subitem **5.3.2** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, do contrato ou instrumento congênere..

5.3.5. Recebidos definitivamente os serviços prestados, comunicar-se-á a **CONTRATADA** para emissão da Nota Fiscal, no prazo de **5 (cinco) dias** da comunicação pelo CISNORDESTE/SC, que discriminará os serviços e tributos pertinentes.

5.3.5.1. Deverão ser enviadas mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação elencada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, referente aos documentos probatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, para confirmação da manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

5.2.5.1.1. As instituições isentas ou imunes às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte que tratam a IN 1234/2012 e a Resolução nº 40/2023 – CISNORDESTE/SC, deverão apresentar, sempre que tiverem pagamento de produção, a declaração constante no Anexo II e III da mencionada resolução.

5.4. DA LIQUIDAÇÃO

5.4.1. Recebida a Nota Fiscal dos serviços prestados, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do Termo de Credenciamento, do contrato e da contratante;
- d) período respectivo de execução dos serviços;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.3. Os documentos fiscais não devem conter rasuras ou erros materiais que impeçam ou dificultem a análise de sua regularidade.

5.4.4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de credenciamento.

5.4.5. Para liquidação da despesa e pagamento do documento fiscal, deverá ser realizada a aferição da regularidade fiscal, social e trabalhista da **CONTRATADA**, por meio da documentação elencada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

5.4.5.1. As instituições isentas ou imunes às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte que tratam a IN 1234/2012 e a Resolução nº 40/2023 – CISNORDESTE/SC, deverão apresentar, sempre que tiverem pagamento de produção, a declaração constante no Anexo II e III da mencionada resolução.

5.4.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, sem ônus ao CISNORDESTE/SC, reiniciando-se o prazo de liquidação após a comprovação da regularização da situação.

5.4.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CISNORDESTE/SC.

5.4.6.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, será providenciada a suspensão do contrato, adotando as medidas necessárias à sua rescisão nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

5.4.6.3. Havendo a efetiva execução do serviço antes do conhecimento da irregularidade, os pagamentos serão realizados mediante a regularização ou no ato da rescisão caso a **CONTRATADA** não regularize sua pendência fiscal, social e/ou trabalhista.

5.5. DO PRAZO E A FORMA DE PAGAMENTO

5.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.5.2. O pagamento será realizado pela Administração em favor da **CONTRATADA** que executou o serviços, mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC ou depósito) em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, formalizada no Termo de Credenciamento, do contrato ou instrumento congênere.

5.5.2.1. Pagamentos efetuados através de transferência bancária (TED, DOC ou depósito) para instituições financeiras distintas do Banco do Brasil estarão sujeitos ao acréscimo da tarifa referente ao serviço bancário.

5.5.2.2. Deverão ser observados eventuais descontos referentes à glosa, que podem ocorrer de forma temporária ou definitiva, parcial ou integral, conforme for o caso.

5.5.3. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta vinculada, formalizado no Termo de Credenciamento, do contrato ou instrumento

congênera, sendo responsabilidade da **CONTRATADA** manter a informação atualizada no momento do cadastro e durante toda a vigência do credenciamento.

5.5.3.1. Se a **CONTRATADA** for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura do Termo de Credenciamento.

5.5.3.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

5.5.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5.5. Se a Administração não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo a **CONTRATADA**, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.5.5.1. O Consórcio não se responsabiliza por atrasos nos pagamentos devido à não realização dos serviços em saúde contratados, ou pela não entrega da nota fiscal e documentos requeridos nos prazos estabelecidos.

5.5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS DO REAJUSTE DOS VALORES

6.1. Os serviços de saúde constantes da Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, anexo do Edital, serão reajustados conforme as disposições a seguir dispostas:

- a) Os serviços que constam na Tabela SUS/SIGTAP, cujos valores tiverem atualização (reajuste ou revisão) concedido pelo Ministério da Saúde, terão seus valores atualizados na Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC;
 - i) Quando na atualização (reajuste ou revisão) do valor da Tabela SUS/SIGTAP pelo Ministério da Saúde, os procedimentos com previsão de pagamento de valor complementar na Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC terão a diferença deduzida do valor complementar, não alterando o valor final a ser faturado.
- b) Os serviços que constam na Tabela Catarinense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, serão reajustados, caso necessário e por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, respeitando os valores máximos nela constantes;
- c) Os serviços que constam na Tabela SUS/SIGTAP que recebem valor complementar do CISNORDESTE/SC terão seus valores reajustados em dezembro de cada ano, sobre o valor complementar vigente, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 (doze) meses;
- d) Os serviços que não constam na Tabela SUS/SIGTAP, serão reajustados, em dezembro de cada ano, aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos 12 (doze) meses;

- e) Por deliberação do Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, em caso superveniente e excepcional que implique revisão para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos valores.

6.2. Os reajustes aplicados serão formalizados mediante resolução expedida pela autoridade superior competente.

6.3. Os reajustes das alíneas “c” e “d” terão vigência a partir do mês de janeiro do exercício subsequente.

DA REVISÃO DOS VALORES

6.4. A Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, **ANEXO I** do Termo de Referência e anexo do Edital, poderá ser alterada, mediante revisão, sempre por interesse dos entes consorciados, com deliberação da Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC, a quem caberá a decisão sobre os procedimentos e valores.

6.4.1. Os valores praticados na Tabela de Serviços e Valores do CISNORDESTE/SC, poderão ser atualizados (reajustados ou revisados) com base em pleito justificado e fundamentado pelas **CREDENCIADAS/CONTRATADAS** ou entes consorciados interessados, em caso de fato superveniente e excepcional, para assegurar a continuidade da prestação dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

6.5. A atualização (reajuste ou revisão) passa a vigorar para os serviços prestados após a alteração, assim como para os Termos de Credenciamento vigentes, contratos e/ou instrumentos congêneres, a partir do início da vigência do reajuste, não incidindo sobre serviços prestados anteriormente mas ainda não pagos.

6.6. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser respondido pela Administração Pública no prazo de **120 (cento e vinte) dias**.

6.6.1. O prazo referenciado no subitem anterior considera os trâmites administrativos necessários para análise e deliberação acerca dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, considerando: a) análise da demanda pelo Colegiado de Secretários Municipais de Saúde; b) pesquisa de mercado para definição do preço de referência; e c) deliberação pelo Conselho Administrativo do CISNORDESTE/SC.

6.7. As revisões aplicadas serão formalizadas mediante resolução expedida pela autoridade superior competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. As comunicações entre a **CONTRATADA** e a Administração devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. A **CONTRATADA** deverá manter preposto para representá-la e manter comunicação direta com representante da Administração durante a execução da contratação.

7.1.4. A Administração poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.5. Para liquidação da despesa e pagamento, deverá ser comprovada a regularidade fiscal, social e trabalhista da **CONTRATADA**, por meio da documentação elencada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.6. As instituições isentas ou imunes às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte que tratam a IN 1234/2012 e a Resolução nº 40/2023 – CISNORDESTE/SC, deverão apresentar, sempre que tiverem pagamento de produção, a declaração constante no Anexo II e III da mencionada resolução.

7.1.7. A **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.8. A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato.

7.1.8.1. A fiscalização ou o acompanhamento pela Administração não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.9. Somente a **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.9.1. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.10. A prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício entre a Administração e os profissionais da **CONTRATADA**, nem com a própria **CONTRATADA** no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

7.1.11. É vedado à **CONTRATADA** exigir garantias e/ou cobrar pelos serviços prestados aos usuários beneficiários, a qualquer título, incluído valor complementação, sob pena de necessidade de ressarcimento ao beneficiário ou representante legal o valor cobrado indevidamente, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, no Termo de Credenciamento e/ou Contrato, e das demais cominações legais.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*), ao qual caberá, além de outras expressamente fixadas no ato de designação:

- I. promover a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos (art. 16, inc. I, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- II. fiscalizar a execução do serviço, em estrita observância ao edital e ao Termo de Credenciamento e contrato (art. 16, inc. II, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- III. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências (art. 16, inc. III, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- IV. anotar no histórico de eventos do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, juntando documentos, registrando telefonemas, fazendo anotações e demais documentos e comunicações realizadas com a contratada relativos à execução do objeto, no processo de fiscalização, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, incluindo a emissão de notificações com estipulação de prazo para correção (art. 16, inc. IV, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);

- V.** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (art. 16, inc. V, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VI.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas (art. 16, inc. VI, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VII.** fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor do contrato, para ratificação (art. 16, inc. VII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VIII.** executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico (art. 16, inc. VIII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC).

7.2.1.1. Os fiscais do contrato poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração.

7.2.1.1.1. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais, deverão ser observadas as regras dispostas na Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC e suas alterações.

7.2.1.2. Ao fiscal caberá o recebimento provisório e ao gestor ou comissão designada pela autoridade competente caberá o recebimento definitivo.

7.2.2. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (art. 15, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC):

- I.** providenciar a publicação tempestiva do extrato do contrato (art. 15, inc. I, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- II.** conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pelo CISNORDESTE/SC e, da indicação formal de preposto pela credenciada (art. 15, inc. II, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- III.** coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato (art. 15, inc. III, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- IV.** controlar os prazos de vencimentos dos contratos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, antes do término da vigência (art. 15, inc. IV, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- V.** controlar os limites de acréscimo e de supressão nos serviços, em conformidade com a legislação (art. 15, inc. V, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VI.** adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação (art. 15, inc. VI, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VII.** receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior (art. 15, inc. VII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- VIII.** verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso (art. 15, inc. VIII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);

- IX. deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação (art. 15, inc. IX, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- X. emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Termo de Credenciamento e do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Termo de Credenciamento e do contrato (art. 15, inc. X, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- XI. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (art. 15, inc. XI, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- XII. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da credenciada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar em instrumento próprio eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa (art. 15, inc. XII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- XIII. manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de Credenciamento e do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de eventos do Termo de Credenciamento e do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração (art. 15, inc. XIII, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC);
- XIV. constituir relatório final, de que trata a alínea "d", inciso VI, § 3º, do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do objeto, como forma de aprimoramento das atividades da Administração (art. 15, inc. XIV, da Resolução nº 14/2023 - CISNORDESTE/SC).

7.2.3. A fiscalização será realizada periodicamente, podendo incluir auditorias, inspeções ou avaliações de conformidade, e o prestador deverá fornecer toda a documentação solicitada para facilitar esses processos.

7.2.3.1. A fiscalização poderá incluir procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Termo de Credenciamento, no contrato ou instrumento congênere.

7.2.3.1.1. Em casos específicos, definidos pela Administração, poderá ser realizada auditoria especializada.

7.2.3.2. Sempre que seja necessário ou do interesse da Administração, este poderá vistoriar as instalações da **CREDENCIADA** para aferição das condições informadas na ocasião de sua habilitação.

7.2.3.2.1. A **CREDENCIADA** deverá prover à **CREDENCIANTE** os meios necessários para acompanhamento e a fiscalização realizados, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos agentes da **CREDENCIANTE** designados para tal fim.

7.2.4. A fiscalização sobre os serviços não eximirá a plena responsabilidade da **CREDENCIADA**, em caso de dano decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços credenciados, perante a Administração, usuários beneficiários e/ou à terceiros.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com este instrumento, Termo de Referência, Termo de Credenciamento, Edital e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;
- c) Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de agente público ou comissão especialmente designada;
- e) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- f) Designar o(s) fiscal(is) e o gestor responsáveis pelo contrato, que terão a incumbência de supervisionar e assegurar a fiel execução do objeto.
- g) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- i) Efetuar conferência e fiscalização dos serviços em saúde realizados pela **CONTRATADA**, conforme necessidade;
- j) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao objeto executado, no prazo e forma estabelecidos no presente instrumento;
- k) Aplicar à **CONTRATADA** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato, e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização da **CONTRATANTE**;
- l) Demais disposições contidas neste instrumento, no Edital, no Termo de Referência, na Ata e na lei.

8.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do **CONTRATADA**:

- a) Firmar a assinatura do Termo de Contrato em até **5 (cinco) dias úteis** contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação de penalidade.
 - i) Deverá ser utilizada assinatura eletrônica avançada ou qualificada, conforme regulamentado pela Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020;
 - ii) Será aceito, para fins de validação do Termo de Contrato, a assinatura digital emitida pela pessoa jurídica que esteja subscrevendo o ato.
- b) Cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste contrato, no Termo de Referência, Edital, Termo de Credenciamento, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços;

- c) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- d) Manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene, acessibilidade e funcionamento;
- e) Dispor de Sistema informatizado com capacidade de armazenamento para guarda, armazenamento e manuseio dos prontuários dos paciente, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.787/2018 e Lei nº 13.709/2018;
 - i) A **CONTRATADA** deverá garantir a interoperabilidade de seus sistemas informatizados ao *Sistema Informatizado de Gestão do CISNORDESTE/SC*, quando necessário, garantindo compatibilidade para troca automatizada de dados em tempo real, incluindo registros médicos, laudos, imagens e metadados associados.
- f) Realizar os atendimentos propostos de acordo com a capacidade ofertada, em conformidade com a regulação de cada ente consorciado;
- g) Atender as eventuais convocações para realização de reunião com as áreas técnicas envolvidas dos entes consorciados ou do consórcio, para repasse de informações técnicas e operacionais e assinatura do Plano Operativo de Atendimentos a realizar, nos casos em que for realizado agendamentos em regime de mutirão para prestar os serviços nas quantidades indicadas pelos entes consorciados;
 - i) A reunião poderá ser realizada por vídeo chamada e não poderá deixar de comparecer, bem como das demais reuniões convocadas, sob pena de cancelamento dos agendamentos já solicitados à **CONTRATADA**.
- h) Zelar pela intimidade e honra dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo sigilo dos dados, conforme preconizado na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018), realizando os serviços sem qualquer tipo de discriminação em relação aos pacientes particulares ou de outros convênios;
- i) Respeitar/seguir os fluxos e protocolos dos entes consorciados, para os encaminhamentos dos usuários da rede, sob pena de extinção do contrato e descredenciamento;
- j) Utilizar protocolos, processos de regulação e auditoria e em todo agir segundo as diretrizes e normatizações do Sistema Único de Saúde;
- k) Prestar, a qualquer tempo, informações e esclarecimentos que forem solicitados pelo ente consorciado ou pelo CISNORDESTE/SC;
- l) Executar os serviços nos quais credenciou-se para atendimento aos usuários SUS nos dias e horários agendados, conforme lançamentos dos entes consorciados;
- m) Comunicar à **CONTRATANTE**, com antecedência de **10 (dez) dias**, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;
- n) Manter atualizado os cadastros dos profissionais para prestação dos serviços credenciados/contratados junto à **CONTRATANTE**, e suas devidas inscrições nos respectivos conselhos de classe, com seus títulos de especialidade médica, quando for o caso;
- o) Manter atualizado o cadastro do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, incluindo o cadastro dos profissionais que realizarão os atendimentos/procedimentos, com o respectivo CBO compatível, conforme tabela SIGTAP e o cadastro dos serviços e classificações compatível com os procedimentos a serem realizados, conforme tabela SIGTAP.

- p) Solicitar junto ao gestor municipal do SUS do município onde se localiza sua inclusão no CNES como prestador de serviços como terceiro no CISNORDESTE/SC;
- q) Não realizar nenhuma forma de cobrança de complementação de valores, dos entes consorciados ou dos usuários beneficiários, tampouco referenciar para atendimento de forma particular;
- r) Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;
- s) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- t) Justificar à **CONTRATANTE**, ao usuário beneficiário e/ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;
- u) Atuar em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.
- v) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso da execução dos serviços, facultando-se à **CONTRATANTE** e ao ente consorciado contratante, o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.
- w) Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção -, abstendo-se de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública e denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento.
- x) Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD -, aplicáveis ao objeto.
- y) Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas.
- z) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CISNORDESTE/SC ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- aa) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- bb) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- cc) Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- dd) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto contratado;
- ee) Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato, bem como manter seus dados atualizados;
- ff) Encaminhar o *Relatório de Conferência* e os *Protocolos de Confirmação do Pedidos* e emitir a Nota Fiscal dos serviços realizados nos prazos e disposições contidas no Termo de Referência e no Edital;

- gg) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **FORNECEDOR**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- hh) demais disposições contidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata, no Contrato e na lei.

8.3. São obrigações do ENTE CONSORCIADO:

- a) Assinar, previamente ao início da utilização dos serviços credenciados, o Termo de Anuência e Compromisso, firmando seu compromisso com as obrigações previstas;
- b) Organizar a demanda local e realizar o lançamento dos pacientes para agendamento, respeitando a ordem de classificação elencada pela regulação dos pacientes, em conformidade com a Lei Estadual n. 17.066/2017 e ao Decreto Estadual n. 1.168/2017;
- c) Refazer o lançamento dos pacientes para agendamento e informar-los em casos onde houver falha para a realização dos serviços;
- d) Autorizar os agendamentos, emitir e assinar o *Protocolo de Confirmação dos Pedidos*, que deverá ser entregue ao usuário beneficiário, acompanhada, obrigatoriamente, do devido pedido/encaminhamento médico;
- e) Realizar a regulação do acesso do paciente às **CONTRATADAS**, respeitando suas filas e a ordem de classificação;
- f) Repassar ao consórcio, de acordo com o estabelecido no Contrato de Rateio, os recursos públicos necessários ao adimplemento dos serviços prestados pelas **CONTRATADAS**.
- g) Empreender esforços e adotar os meios necessários para minimizar o absenteísmo de pacientes aos serviços de saúde agendados;
- h) Comunicar por escrito ao Consórcio quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços pelos credenciados/contratados, para as devidas providências;
- i) Orientar os usuários beneficiários e informá-los sobre suas prerrogativas e responsabilidades, quais sejam:
 - i) Comparecer na sede da **CONTRATADA** na data e horário do agendamento da consulta/procedimento/exame, portando os documentos necessários ao atendimento.
 - ii) Observar as orientações repassadas pelos profissionais para realização dos procedimentos.
 - iii) Ler e observar as instruções contidas na Carta de direitos dos usuários do SUS, disponível em <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hu-ufs/acesso-a-informacao/programas-e-projetos/carta-de-direitos-dos-usuarios-do-sistema-unico-de-saude-sus>>.
 - iv) Sujeitar-se às disposições da Lei Estadual nº 17.066, de 11 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina.
 - v) Denunciar imediatamente ao Ministério Público, ao CISNORDESTE/SC e à Secretaria de Saúde do ente consorciado quando, encaminhado(a) pelo Sistema Único de Saúde SUS, lhe exigirem o pagamento de valores pelo atendimento realizado.

- vi) Comunicar à Secretaria de Saúde do ente consorciado, com antecedência, quanto à impossibilidade de comparecer à consulta/procedimento/exame agendado, sob pena de ser realocado ao final da lista do SISREG.
- vii) Relatar à Secretaria de Saúde do ente consorciado as anormalidades que porventura constatar ao longo do processo de atendimento.
- j) Demais disposições contidas neste instrumento, no Termo de Credenciamento, no Termo de Referência, no Edital, e na lei.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação e cometimento a terceiros do objeto contratado, salvo expressa e prévia autorização do Consórcio e atendimento às disposições legais da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- I. dar causa à inexecução parcial dos serviços credenciados/contratados;
- II. dar causa à inexecução parcial dos serviços credenciados/contratados que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total dos serviços credenciados/contratados;
- IV. ensejar o retardamento da execução do objeto credenciado/contratado sem motivo justificado;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante sua execução;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do objeto credenciado/contratado;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pela(s) infração(ões) administrativa(s) prevista(s) neste instrumento, as seguintes sanções:

- I. **ADVERTÊNCIA**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **subitem 11.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. **MULTA de 10% (dez por cento) à 30% (trinta por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, aplicada à **CONTRATADA** por qualquer das infrações administrativas previstas no **subitem 11.1**, considerando as peculiaridades do caso concreto, sem prejuízo do da extinção do contrato e descredenciamento;
- III. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com o CISNORDESTE/SC, bem como com os entes consorciados, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e IV do **subitem 11.1**, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- IV. **DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE**, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do **subitem 11.1**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3. A sanção administrativa de multa moratória será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021, possuindo os seguintes parâmetros:

I. por atraso ou paralisação da execução superior a **10 (dez) dias** do prazo de execução dos serviços, fica a **CREDENCIADA/CONTRATADA** sujeita à multa de **0,5% (meio por cento) por dia** de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o **11º (décimo primeiro) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a **30 (trinta) dias**.

II. transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado extinto o Termo de Credenciamento, rescindido o contrato ou instrumento congênere e aplicada multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem, para a Administração Pública e para o usuário do SUS.

11.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 11.2** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do referido subitem.

11.6. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8. Os débitos da **CONTRATADA** com a Administração Pública **CONTRATANTE**, resultantes da aplicação de multas e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, nos casos da existência de crédito em favor da **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos firmados com a mesma entidade/órgão público **CONTRATANTE**.

11.9. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança à **CONTRATADA**, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.1.4. O termo de extinção, sempre que possível e aplicável, será precedido:

13.1.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.1.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.1.4.3. Indenizações e multas.

13.2. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.2.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes, se não for formalizado aditivo de prorrogação.

13.2.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, quando do término do atendimento ao objeto contratual ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

14.1. As partes declaram expressamente o pleno conhecimento das normas e dispositivos legais vigentes de prevenção à corrupção, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem, para execução do contrato, não ofertar, prometer, dar ou aceitar, direta ou indiretamente, seja por si ou por interposta pessoa, quaisquer pagamentos, doações, compensações, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, assegurando, do mesmo modo, que seus prepostos, administradores e colaboradores observem a mesma conduta, respeitando integralmente as disposições legais vigentes e os princípios éticos aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas por meio das seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Município de Araquari (Referência 15):
01.002.0010.0302.0002.2002.339000000000000000.150010020002
Município de Balneário Barra do Sul (Referência 20):
01.002.0010.0302.0002.2003.339000000000000000.150010020003
Município de Barra Velha (Referência 26):
01.002.0010.0302.0002.2004.339000000000000000.150010020004
Município de Campo Alegre (Referência 31):
01.002.0010.0302.0002.2005.339000000000000000.150010020005
Município de Corupá (Referência 36):
01.002.0010.0302.0002.2006.339000000000000000.150010020006
Município de Garuva (Referência 42):
01.002.0010.0302.0002.2007.339000000000000000.150010020007

Município de Guaramirim (Referência 47):
01.002.0010.0302.0002.2008.339000000000000000.150010020008
Município de Itapoá (Referência 53):
01.002.0010.0302.0002.2009.339000000000000000.150010020009
Município de Jaraguá do Sul (Referência 58):
01.002.0010.0302.0002.2010.339000000000000000.150010020010
Município de Joinville (Referência 64):
01.002.0010.0302.0002.2011.339000000000000000.150010020011
Município de Massaranduba (Referência 69):
01.002.0010.0302.0002.2012.339000000000000000.150010020012
Município de Pien (Referência 74):
01.002.0010.0302.0002.2013.339000000000000000.150010020013
Município de Rio Negrinho (Referência 77):
01.002.0010.0302.0002.2014.339000000000000000.150010020014
Município de São Bento do Sul (Referência 82):
01.002.0010.0302.0002.2015.339000000000000000.150010020015
Município de São Francisco do Sul (Referência 88):
01.002.0010.0302.0002.2016.339000000000000000.150010020016
Município de São João do Itaperiú (Referência 94):
01.002.0010.0302.0002.2017.339000000000000000.150010020017
Município de Schroeder (Referência 99):
01.002.0010.0302.0002.2018.339000000000000000.150010020018

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Aplica-se ao presente contrato, também aos casos omissos, as diretrizes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e demais legislação e normas aplicáveis e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, preceitos do direito público e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

17.1. A assinatura deste instrumento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências nele previstas bem como no Termo de Credenciamento, no Termo de Referência e no Edital.

17.2. Toda a documentação apresentada pela **CONTRATADA**, quando de sua habilitação, poderá ser solicitada a qualquer tempo para fins de averiguação de sua regularidade.

17.3. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO

19.1. Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato.

Joinville (SC), 01 de julho de 2025

CISNORDESTE/SC

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC

CREDENCIANTE

ASSUMCAO CONSULTORIO MEDICO LTDA

Rodrigo de Assunção

Sócio Administrador

CREDENCIADA

Assinado eletronicamente por:

* ANA MARIA GROFF JANSEN (**.290.129-**) (***.290.129-**)

em 01/07/2025 14:21:38 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

* RODRIGO DE ASSUMCAO (**.244.149-**) (***.244.149-**)

em 03/07/2025 09:12:55 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

Não aderente à RESOLUÇÃO CG ICP-BRASIL Nº 182/2021.

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cisordeste.eciga.consorcicioga.gov.br/#!/documento/5bb6fc41-3194-42be-95b6-81366999e5ea>

